

CONHEÇO, LOGO ORIENTO: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO FARMACÊUTICO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

[\[ver artigo online\]](#)

Anna Clara de Medeiros Brilhante¹
Matheus Leopoldo de Oliveira Miranda²

RESUMO

As Práticas Integrativas e complementares em Saúde (PICS), também denominadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como medicinas tradicionais, foram instituídas no Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Ministério da Saúde (MS) em 2006 por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas em Saúde (PNPIC). Os atendimentos, em sua maioria, são nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) no componente de Atenção Básica. Os dados do MS relatam que considerando a atenção básica e especializada, existem atualmente 25.197 estabelecimentos de saúde no país ofertando as PICS. O farmacêutico pode realizar todas as 29 práticas que são ofertadas pelo SUS, além de várias outras que não estão preconizadas na PNPIC, desde que possua a formação a devida formação. O Ministério da Educação (MEC), via Resolução nº 6 de 19 de Outubro de 2017, instituiu diretrizes curriculares para a Formação Farmacêutica que incluem a educação em PICS. Portanto, é nítida a importância e necessidade da movimentação das entidades educacionais para implementar as novas diretrizes exigidas pelo MEC.

Palavras-chave: Educação farmacêutica, Práticas Integrativas e Complementares, Atuação farmacêutica.

IF I KNOW, THEN I GUIDE: THE IMPORTANCE OF PHARMACEUTICAL TRAINING IN INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY HEALTH PRACTICE.

ABSTRACT

Integrative and Complementary Health Practices (ICP), also called by the World Health Organization (WHO) (WHO, 2002) as traditional medicines, were instituted by the Ministry of Health (MH) in 2006 through the National Policy for Integrative Practices in Health (PNPIC). Most of the care is provided at the Basic Health Units (BHU) in the Primary Care component. The data from the MS report that considering primary care and services of medium and high complexity, there are currently 25.197 health facilities in the country offering ICPs. The pharmacist can perform all 29 practices that are offered in the Unified Health System (SUS), provided that has the proper training. The Ministry of Education (MEC), through Resolution 6/2017, establishes Curriculum Guidelines for pharmaceutical training that include education in PICs. Therefore, it is clear the importance and necessity of the movement of educational entities to implement the new Guidelines required by the MEC for Pharmacy Courses in the country.

Keywords: Pharmaceutical Education, Integrative and Complementary Practices, Pharmaceutical Practice.

¹ Farmacêutica Especialista em Saúde da Família/ UFRN, Rio Grande do Norte, annaclarabrilhantefarmaceutica@gmail.com.

² Farmacêutico/ UFRN, Rio Grande do Norte, matheus.leopoldo01@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Práticas Integrativas e Complementares em saúde (PICS) são abordagens terapêuticas que utilizam recursos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir doenças e em alguns casos podem ser usados como tratamento paliativo. (Ministério da Saúde, 2006). Já a Organização Mundial de Saúde define PICS como conjunto de medicinas tradicionais e complementares (Glossário Temático: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, 2018).

O mundo vem lapidando um novo modelo de cuidado desde a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde, em Alma Ata na década de setenta (Simões et al. 2018). No Brasil, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e os debates a cerca de políticas de cuidado que enxergassem o ser de forma integral, trazendo à tona a visão das Diretrizes e Determinantes de saúde com a Lei Orgânica 8080, regula e operacionaliza o SUS (Maio e Lima, 2009). A visão de que saúde é apenas a ausência de doenças é ultrapassada e segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é o resultado do bem-estar e harmonia dos campos sociais, culturais, emocionais, mentais, físicos e espirituais. (OMS, 1948). De forma crescente, tem sido observado que as lacunas existentes no modelo de tratar doenças apenas com medicamentos, negligencia várias dessas esferas, assim nunca alcançando um bem-estar total do paciente e escalando nosso país na décima colocação da população que mais consome medicamentos no mundo (Conselho Nacional de Saúde, 2018).

Em 2006, via Portaria 971 em 3 de Maio, foi homologada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que contribui para o melhoramento do índice de resolutividade do SUS ao atuar nos campos da prevenção de agravos, da promoção, manutenção e recuperação da saúde baseada em modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo. Nesse sentido, o incentivo à implantação, o suporte técnico para o desenvolvimento da PNPIC nos municípios e regiões de saúde, deve ser entendido como mais um passo no processo de garantia da qualidade dos atendimentos do SUS. Considerando a visão integrativa como alavanca de revolução para um novo entendimento do processo saúde/doença, percebemos que a PNPIC corrobora para que seja cada vez mais garantida a integralidade da atenção à saúde.

Inicialmente, foram implantadas pelo SUS as práticas no âmbito da Medicina Tradicional Chinesa – (Acupuntura), da Homeopatia, da Fitoterapia, da Medicina Antroposófica e do Termalismo (Crenoterapia). Já em 2017, o Ministério da Saúde (MS), publicou a Portaria nº 849, de 23 de março de 2017, que incluiu Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga (Ministério da Saúde, 2017). Na última atualização da PNPIC, por meio da Portaria nº 702, de 21 de março de 2018, foram adicionadas a Apiterapia, Aromaterapia, Bioenergética, Constelação Familiar,

Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de mãos, Ozonioterapia e Terapia de Florais (Ministério da Saúde, 2018). O SUS dispõe, atualmente, 29 práticas integrativas e complementares, das mais diversas abordagens e, neste cenário, vivenciamos o desafio da capacitação, implantação e oferta desses serviços na saúde pública do país.

O acesso às práticas se dá, em sua maioria, por meio da atenção básica ou em centros especializados e a prestação desses serviços, assim como a capacitação dos profissionais, sendo ainda de responsabilidade dos municípios custeados pelo fundo da atenção básica. A grande expansão das práticas ainda retrata uma caminhada desafiadora, tendo em vista que a capacitação dos profissionais se encontra sob responsabilidade dos gestores municipais e possíveis parcerias com os governos dos estados (Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS, 2018). Muitas vezes, observamos pouco interesse na implantação por parte dos gestores municipais, visto os custos das capacitações e a indisponibilidade de horários dos profissionais de saúde, pois geralmente, o profissional que realiza os atendimentos com PICS também tem outras atribuições. Visto que não existe o cargo de Terapeuta em PICS.

Os últimos dados do MS disponibilizados em 2018, mostram um panorama geral da atenção básica e os serviços de média e alta complexidade, mostra a existência de 25.197 estabelecimentos de saúde no país. O salto nos números dos atendimentos de 2017 para 2018 foi bastante considerável. (Conselho Nacional de Saúde, 2018).

Em 2017, tivemos a PL N° 9001 que autoriza a prescrição de Ozonioterapia pelos profissionais da Saúde. Logo após, tivemos a Portaria n° 1.988, de 20 de dezembro de 2018, que atualiza os procedimentos e serviço especializado de Práticas Integrativas e Complementares na Tabela de Procedimentos Medicamentos Órteses Próteses e Materiais Especiais do SUS e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em seu anexo primeiro, delimita quais profissionais da saúde podem atuar com as PICS no SUS de acordo com as normativas de seus respectivos conselhos de classe. As terapias restritas à algumas profissões como médico, farmacêutico, enfermeiro e nutricionistas, são Fitoterapia, Acupuntura e Homeopatia, já as outras 26 PICS, como Reiki e Ariculoterapia, são abertas para qualquer profissional da área da saúde. Sob esse contexto, percebe-se mais uma área de atuação para o profissional farmacêutico, área está crescendo em vários âmbitos, por meio de pesquisas e sua adesão pela população, mas a capacitação em sua maioria ainda é extracurricular de responsabilidade dos profissionais ou alunos interessados pela área, ou das secretarias dos estados, ficando limitada aos profissionais que já estão inseridos no SUS. Sendo assim, vemos que a comunidade recém-formada e os estudantes acabam ficando sem o mínimo conhecimento dessas práticas durante a sua formação, uma vez que, infelizmente, até alguns cursos de farmácia têm retirado Homeopatia da sua estrutura curricular.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva levantar a discussão sobre a necessidade da adesão às diretrizes dadas pelo Ministério da Educação (MEC), visando o melhor preparo do profissional farmacêutico, por meio de ações que insiram na formação, a educação em PICS, a fim de garantir a preparação do farmacêutico para que ele siga enquanto profissional de saúde atuante nas PICS, seja na farmácia comunitária, consultório farmacêutico, hospital ou nos mais variados cenários do SUS.

DESENVOLVIMENTO

Em Março de 2019 o MS afirmou que houve um aumento de 46% na procura por atendimentos em PICS e a quantidade de procedimentos atingiu a marca de 670 mil registros, sendo deles 315 mil coletivos e 355 mil individuais. Considerando que são 29 práticas reconhecidas pela PNPIC, esse dado está longe de ser condizente com a quantidade real de pessoas que fazem uso das PICS no país, pois, existem várias práticas que não são pactuadas via PNPIC, como a terapia com Barras de Access, terapias Psicobiofísicas, como Biomagnetismo e Thetahealing. Outro ponto que contribui para o grande defazamento desse número, é o fato de que boa parte da população também busca atendimentos na rede privada.

São as 29 práticas reconhecidas pelo SUS na PNPIC após a atualização pela Portaria nº 702, de 21 de março de 2018 e suas respectivas definições, segundo o Glossário Temático de Práticas Integrativas e Complementares em saúde lançado pelo Ministério da Saúde em 2018:

Prática Integrativa e Complementar:	Definição segundo o Glossário do Ministério da Saúde (2018):
Apiterapia	Prática terapêutica que consiste em usar produtos derivados de abelhas – como apitoxinas, mel, pólen, geleia real, própolis – para promoção da saúde e fins terapêuticos.
Aromaterapia	Prática terapêutica que utiliza as propriedades dos óleos essenciais para recuperar o equilíbrio e a harmonia do organismo visando à promoção da saúde física e mental.
Arteterapia	Prática expressiva artística, visual, que atua como elemento terapêutico na análise do consciente e do inconsciente, favorecendo a saúde física e mental do indivíduo.
Ayurveda	Abordagem terapêutica de origem indiana, segundo a qual o corpo humano é composto por cinco elementos – éter, ar, fogo, água e terra –, os quais compõem o organismo, os estados energéticos e emocionais e, em desequilíbrio, podem induzir o surgimento de doenças.
Biodança	Prática expressiva corporal que promove vivências integradoras por meio da música, do canto, da dança e de atividades em grupo, visando restabelecer o equilíbrio afetivo e a renovação orgânica, necessários ao desenvolvimento humano.

Bioenergética	Visão diagnóstica que, aliada a uma compreensão etiológica do sofrimento/adoecimento, adota a psicoterapia corporal e os exercícios terapêuticos em grupos, por exemplo, os movimentos sincronizados com a respiração.
Constelação Familiar	Método psicoterapêutico de abordagem sistêmica, energética e fenomenológica, que busca reconhecer a origem dos problemas e/ou alterações trazidas pelo usuário, bem como o que está encoberto nas relações familiares, por meio do conhecimento das forças que atuam no inconsciente familiar e das leis do relacionamento humano, encontrar a ordem, o pertencimento e o equilíbrio, criando condições para que a pessoa reoriente o seu movimento em direção à cura e ao crescimento.
Cromoterapia	Prática terapêutica que utiliza as cores do espectro solar – vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil e violeta – para restaurar o equilíbrio físico e energético do corpo.
Dança Circular	Prática expressiva corporal que utiliza a dança de roda, o canto e o ritmo para promover a integração humana, o auxílio mútuo e a igualdade visando ao bem-estar físico, mental, emocional e social.
Geoterapia	Prática terapêutica natural que consiste na utilização de argila, barro e lamas medicinais, assim como pedras e cristais (frutos da terra), com objetivo de amenizar e cuidar de desequilíbrios físicos e emocionais por meio dos diferentes tipos de energia e propriedades químicas desses elementos.
Hipnoterapia	Conjunto de técnicas que, por meio de intenso relaxamento, concentração e/ou foco, induz a pessoa a alcançar um estado de consciência aumentado que permita alterar uma ampla gama de condições ou comportamentos indesejados, como medos, fobias, insônia, depressão, angústia, estresse, dores crônicas.
Homeopatia	Abordagem terapêutica de caráter holístico e vitalista que vê a pessoa como um todo, não em partes, e cujo método terapêutico envolve três princípios fundamentais: a Lei dos Semelhantes; a experimentação no homem sadio; e o uso da ultradiluição de medicamentos.
Imposição de mãos	Prática terapêutica secular que implica um esforço meditativo para a transferência de energia vital (Qi, prana) por meio das mãos, com intuito de reestabelecer o equilíbrio do campo energético humano, auxiliando no processo saúde-doença.
Medicina Antroposófica	Especialidade médica – formulada por Rudolf Steiner e aplicada nas escolas Waldorf – que insere o médico e o terapeuta no ambiente escolar, em colaboração interdisciplinar com o professor, de modo que a criança possa ser acompanhada de perto em seu estado de saúde.
Medicina Tradicional Chinesa	Abordagem terapêutica milenar, de origem chinesa, que tem a teoria do yin-yang e a teoria dos cinco elementos como bases fundamentais para avaliar o estado energético e orgânico do indivíduo.
Meditação	Prática mental individual que consiste em treinar a focalização da atenção de modo não analítico ou discriminativo, a diminuição do pensamento repetitivo e a reorientação cognitiva, promovendo alterações favoráveis no humor e melhora no desempenho cognitivo, além de proporcionar maior integração entre mente, corpo e mundo exterior.

Musicoterapia	Prática expressiva que utiliza basicamente a música e/ou seus elementos no seu mais amplo sentido – som, ritmo, melodia e harmonia –, em grupo ou de forma individualizada.
Naturopatia	Prática terapêutica que adota visão ampliada e multidimensional do processo vida-saúde-doença e utiliza um conjunto de práticas integrativas e complementares no cuidado e na atenção em saúde.
Osteopatia	Prática terapêutica que adota uma abordagem integral no cuidado em saúde e utiliza várias técnicas manuais – entre elas, a da manipulação do sistema musculoesquelético (ossos, músculos e articulações) – para auxiliar no tratamento de doenças.
Ozonioterapia	Prática terapêutica que utiliza a aplicação da mistura dos gases Ozônio e Oxigênio.
Plantas Medicinais ou Fitoterapia	Estudo e uso das plantas medicinais e suas aplicações na promoção, na proteção e na recuperação da saúde.
Quiropraxia	Prática terapêutica que atua no diagnóstico, no tratamento e na prevenção das disfunções mecânicas do sistema qui neuro-musculo-esquelético e seus efeitos na função normal do sistema nervoso e na saúde geral.
Reflexoterapia	Prática terapêutica que utiliza os microssistemas e pontos reflexos do corpo, existentes nos pés, nas mãos e nas orelhas, para auxiliar na eliminação de toxinas, na sedação da dor e no relaxamento.
Reiki	Prática terapêutica que utiliza a imposição das mãos para canalização da energia vital, visando promover o equilíbrio energético, necessário ao bem-estar físico e mental.
Shantala	Prática terapêutica que consiste na manipulação (massagem) do corpo do bebê pelos pais, favorecendo o vínculo entre estes e proporcionando uma série de benefícios em virtude do alongamento dos membros e da ativação da circulação.
Terapia Comunitária Integrativa	Prática terapêutica coletiva que envolve os membros da comunidade numa atividade de construção de redes sociais solidárias para promoção da vida e mobilização dos recursos e competências dos indivíduos, famílias e comunidades.
Terapia Floral	Prática terapêutica que utiliza essências derivadas de flores para atuar nos estados mentais e emocionais.
Termalismo Social ou Crenoterapia	Utilização das águas termominerais considerando seus aspectos ecológicos, históricos, sociais, e ter Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, garantindo o acesso universal a estabelecimentos termais da Rede de Atenção à Saúde para fins preventivos, terapêuticos e de promoção.
Yoga	Prática corporal e mental de origem oriental utilizada como técnica para controlar corpo e mente, associada à meditação.

Ministério da Saúde: Glossário de Práticas Integrativas e Complementares, 2018.

Até 2018 o MS vinha lançando informativos bimestrais, intitulados “Integrando e Complementando”, que mostrava ações e eventos realizados por todo Brasil que tem como principal objetivo consolidar estratégias para direcionar o movimento das PICS no Brasil. Hoje, as informações mais novas no portal do MS, datam de primeiro de novembro de 2022, as quais

informam a quantidade de municípios por estado que realizam atendimentos com PICS via SUS, totalizando 3.088.

Fazendo um recorte desse novo modelo de cuidado e trazendo para a realidade e aplicabilidade no âmbito do profissional farmacêutico, associamos os estabelecimentos de saúde ao qual esses profissionais estão inseridos e pensemos em todos os desdobramentos advindos dessa atualização. Em um primeiro ponto, cabe ressaltar que muitas terapias, como a Floralterapia e a Aromaterapia, dependem de produtos que tem suas aquisições, em grande maioria, em estabelecimentos privados, como lojas de produtos naturais e farmácias magistrais, geralmente essa dispensação se dá sob praticamente nenhuma orientação de um profissional capacitado.

Em 26 de Março de 2019, o Conselho Federal de Farmácia se reuniu com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal para discutir a ampliação da inserção do farmacêutico nas Práticas Integrativas e Complementares. Como resultado desse e de outros encontros, em 2022 tivemos a publicação de duas resoluções a 732 que regulamenta a atuação nas 29 PICS preconizadas até então e possíveis para o futuro e a 733 que aborda especificamente a atuação do farmacêutico em auriculoterapia e auriculoacupuntura. Antes, a única legislação que abordava as PICS era a Resolução de nº 586 de 29 de agosto de 2013 que regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências, a qual em seu quinto artigo, inciso dois, garante ao farmacêutico “O ato da prescrição de medicamentos dinamizados e de terapias relacionadas às práticas integrativas e complementares, e deverá estar fundamentado em conhecimentos e habilidades relacionados a estas práticas”.

Um estudo feito em 2010 na Farmácia da Unidade Básica de São João da Mata, no interior de Minas Gerais, foi questionado aos usuários da unidade sobre o que eles entendiam por atenção farmacêutica, acompanhamento farmacêutico e práticas integrativas e complementares, o resultado foi que 100% dos entrevistados disseram não saber do que se tratava ser práticas integrativas, enquanto 45,71% ouviram falar do que seria atenção farmacêutica (MARQUES, Luciene Alves Moreira et al, 2011). Sem dúvida, hoje a população está um pouco mais esclarecida, visto a quantidade de informações circulantes e a facilidade de acesso. Mas, e quanto a qualidade? Nesse mesmo estudo foram entrevistados os prescritores da Unidade Básica de Saúde, e foi unânime o desconhecimento por parte deles. Dos três que responderam, um alegou que não indicaria a nenhum paciente, pois, além de não ter conhecimento sobre, acreditava que atrapalharia a clínica e atrasaria o tratamento dos pacientes. Os outros dois alegaram não conhecer e consideravam indicar caso as práticas fossem mais bem divulgadas (MARQUES, Luciene Alves Moreira et al, 2011). O farmacêutico, enquanto profissional que constitui a equipe multidisciplinar nas unidades de Atenção Básica, está longe de ser apenas quem controla, armazena e garante a qualidade dos medicamentos e a segurança do tratamento do paciente.

O Conselho Federal de Farmácia informa que, atualmente, existem 87.794 Drogarias privadas e 8.373 Farmácias de Manipulação e Homeopatia, nas quais podem existir a prática da Atenção Farmacêutica, que consiste em serviços voltados ao paciente, como por exemplo, conciliação medicamentosa e prescrição farmacêutica, ações essas que foram conquistados pela classe, visando fazer um acompanhamento mais assertivo do paciente, seu medicamento e tratamento, garantindo o sucesso da terapêutica, por conseguinte, o restabelecimento da sua condição de saúde. Se passarmos a considerar o conceito de Saúde Integrativa, nada mais assertivo que as Práticas Integrativas possam também ser realizadas nas farmácias, que são por lei consideradas estabelecimentos de saúde.

O MEC por meio da Resolução nº 6, de 19 de outubro de 2017 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências, traz em seu inciso 2, dizendo “A execução do eixo, Cuidado em Saúde, requer o desenvolvimento de competências para identificar e analisar as necessidades de saúde do indivíduo, da família e da comunidade, bem como para planejar, executar e acompanhar ações em saúde, o que envolve: no item XVII: prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente”. Ainda na resolução, em um parágrafo único que aborda a necessidade da formação do farmacêutico contemplar as ciências humanas, exatas, biológicas, da saúde e farmacêuticas, no item IV, citando mais uma vez as práticas integrativas.

Para tanto, as universidades no Brasil têm trazido algumas formas de introduzir o conhecimento sobre a existência desse vasto campo de atuação, como exemplo a institucionalização de centros de práticas integrativas, porém, ainda há pouco em nível educacional dentro das graduações da área da saúde sendo feito, visto o tamanho da demanda exigida pelo sistema de saúde. Em termos práticos na educação digital, existem alguns cursos na plataforma AVASUS do MS, criado pela Universidade do Rio Grande do Norte, com tema “Introdução às PICS e gestão das mesmas” estando disponível desde 04 de Março de 2016 que custou o investimento de R\$ 139.035,90.

A falta de introdução e apresentação desse conhecimento de forma prática, ressaltando a aplicabilidade e importância do posicionamento do profissional farmacêutico frente ao novo paradigma que se apresenta, traz um grande déficit de informações seguras, sob as quais o paciente poderá fazer uso com tranquilidade tanto dos seus medicamentos alopáticos quanto realizar práticas complementares, de forma esclarecida, validando a postura de que não se trata de uma medicina alternativa, e sim complementar. Existe ainda, uma diferença significativa na dominância do conteúdo quando são comparados profissionais com formação nas práticas integrativas através de cursos com baixas cargas horárias, vale ressaltar que existe uma grande diferença na qualidade dos profissionais que fazem cursos online ou de curta carga horária sobre

homeopatia ou fitoterapia, por exemplo, cursos esses que são preconizados pelo colegiado de farmácia e executados na forma de pós-graduação.

Para Pelicioni (2011) “percebe-se que as Práticas Integrativas e Complementares têm o potencial de revitalizar as discussões da Saúde Coletiva e estimular mudanças no padrão biologizante e medicalizante do cuidado e da promoção da saúde. Entretanto, evidencia-se o despreparo político e técnico de profissionais da saúde para uma atuação efetiva com PICs dentro da realidade do SUS. Julga-se fundamental fomentar um amplo processo educativo, político e problematizador que forme profissionais de saúde capacitados em algumas Práticas Integrativas e Complementares e que lhes seja estimulada e facilitada a especialização em alguma dessas práticas ou em outras racionalidades médicas.”

CONCLUSÃO

A importância da informação e vivência nas práticas integrativas e complementares na formação dos farmacêuticos deve ser entendida com urgência, pois o farmacêutico enquanto profissional de saúde é peça chave nesse quebra-cabeça, inclusive, não só como fonte de informação sobre as práticas e como elas podem influenciar nos tratamentos da medicina ocidental, mas também enquanto profissional que pode ofertar essas práticas para o paciente.

As universidades são o berço da construção e da qualidade da formação dos profissionais, mesmo com seus desafios políticos ou estruturais, tem feito grandes avanços que contribuem para a humanidade. O investimento na educação é o mais poderoso tesouro nacional. Mas, cabem aos gestores das universidades combinado às diretorias colegiadas direcionar essa bússola.

Nesse contexto, sugere-se que seja feito um maior investimento de atenção e abordagem das PICS, por meio da comunidade acadêmica, sejam em forma de palestras, minicursos ou workshops nos eventos educativos já assistentes do curso, mas também por meio da iniciativa dos docentes por meio da promoção desses eventos em parceria com as iniciativas privadas, abertura de disciplinas de carga horária complementar e até mesmo por meio da integração desses conteúdos nas aulas das disciplinas de carga horárias obrigatórias, trazendo cada vez mais à tona, o caráter integral complementar das PICS.

REFERÊNCIAS

Azevedo E, Pelicioni MCF. Práticas Integrativas e Complementares de Desafios para a Educação. Trab Educ Saúde [internet]. 2011 nov [acesso em 18 de Setembro de 2019].

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981--77462011000300002&script=sci_abstract&tlng=pt

BRASIL. CFF - CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2013c. Seção 1, p. 136.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde de A a Z. Práticas Integrativas e Complementares (PICS): quais são e para que servem. [acesso em 18 Setembro de 2019]. Disponível em: <http://saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, DF: MS; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC. Diário Oficial da União. 22 Mar 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Diário Oficial da União. 28 Mar 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.988, de 20 de Dezembro de 2018. Atualiza os procedimentos e serviço especializado de Práticas Integrativas e Complementares na Tabela de Procedimentos Medicamentos Órteses Próteses e Materiais Especiais do SUS e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, nº250, p.110, 31 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 56 p. : il.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Dados 2018. Brasília, Distrito Federal. BRASIL. [acesso em 15 Setembro de 2019]. Disponível em: <http://www.cff.org.br/pagina.php?id=801&titulo=Indústria+Farmacêutica>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências. Resolução nº 6, de 19 de Outubro

de 2017. Brasília. Diário Oficial da União, 20 de outubro de 2017, Seção 1, p.30. [acesso em 15 Setembro de 2019]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74371-rces006-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192.

Declaração de Alma-Ata. Conferência internacional sobre cuidados primários de saúde. 1978. [acesso em 15 Setembro de 2019]. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>.

MAIO, Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade. Fórum: o desafio SUS: 20 anos do Sistema Único de Saúde. Introdução. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, p. 1611-1613, 2009.

MARQUES, Luciene Alves Moreira et al. Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população sãojoanense. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 21, p. 663-674, 2011.

SIMÕES, José Augusto; MADANELO, Inês; MENDES, Tiago. Declaração de Deli: Alma-Ata revisitada. Tradução portuguesa. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, v. 34, n. 5, p. 339-340, 2018.